RiCARDO
ANTUNES
CORONAVÍRUS
O TRABALHO SOB FOGO CRUZADO
BOI
TEM
PO

CORONAVÍRUS

Ricardo Antunes

CORONAVÍRUS
O trabalho sob fogo cruzado

Edição
Ivana Jinkings

Coordenação de produção
Livia Campos

Preparação
Pedro Davoglio

Capa
Flávia Bomfim e Maguma

Diagramação
Schäffer Editorial

Equipe de apoio
Artur Renzo, Carolina Mercês, Débora Rodrigues, Dharla Soares, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Isabella Marcatti, Ivam Oliveira, Kim Doria, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marissol Robles, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raí Alves, Talita Lima, Thais Rimkus, Tulio Candiotto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A644c

Antunes, Ricardo, 1953-
Coronavírus [recurso eletrônico] : o trabalho sob fogo cruzado / Ricardo Antunes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.
recurso digital (Pandemia capital)

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-5717-001-4 (recurso eletrônico)

1. Coronavírus (Covid-19). 2. Epidemias - Aspectos sociais. 3. Epidemias - Aspectos econômicos. 4. Livros eletrônicos. I. Título. II. Série.

20-64457 CDD: 303.485
CDU: 316.4:616-036.22

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

1ª edição: maio de 2020

BOITEMPO
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br
www.blogdaboitempo.com.br
www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo
www.youtube.com/tvboitempo

Assistiu-se a verdadeiros *experimenta in corpore vili*
[experimentos num corpo sem valor],
como aqueles que os anatomistas realizam em rãs.
(Karl Marx, *O capital,* Livro I, p. 528).

SUMÁRIO

1
O MUNDO ÀS VÉSPERAS DA PANDEMIA

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na inter-relação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na *totalidade* da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia.

Mas fenômenos similares ocorrem também em várias partes do norte do mundo. Acompanhamos, nos EUA, os sem-teto dormindo em calçadas, em praças públicas e em estacionamentos desenhados como baias com muros quadriculados, para que não houvesse contaminação. E isso no país mais rico do mundo! Ou ainda, os tantos milhões em busca do salário-desemprego (mais de 33 milhões de solicitações até o início de maio de 2020), as enormes filas que se sucedem para obtenção de algum alimento para sobreviver. Sem falar da falência cabal do sistema de saúde (todo privatizado), resultante da destruição do chamado *Obamacare* por Trump, o que agora se mostra socialmente trágico.

No Brasil, onde vivenciamos *desde sempre* formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social. Só para dar alguns exemplos, *antes* da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de *uberização* do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do "maravilhoso" mundo do trabalho digital, com suas "novas modalidades" de trabalho *on-line* que felicitava os novos "empreendedores". Sem falar da enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho.

Se esse conjunto de situações já vinha ocorrendo em *alta intensidade* antes da pandemia, o que se visualiza no presente e no horizonte próximo, em meio a esta terrível hecatombe mundial, é um desenho societal ainda mais desolador. O que se poderá esperar, então, em relação à classe trabalhadora? O que o *sistema de metabolismo antissocial do capital* tem a oferecer à humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver?

E, em contrapartida, como a humanidade que trabalha – e em particular a classe trabalhadora – poderá obstar tal destruição e assim começar a desconstruir, demolir e superar o edifício do capital?

2
O SISTEMA DE METABOLISMO ANTISSOCIAL DO CAPITAL: *SUA NORMALIDADE É A DESTRUTIVIDADE*

Devemos a Marx, em *O capital*[1], a utilização da rica metáfora do *metabolismo social* para melhor compreender as complexas engrenagens e mecanismos que movem o *sistema de capital*. Mas foi com István Mészáros, especialmente em *Para além do capital*[2], que a formulação marxiana encontrou um rico desenvolvimento analítico, capaz de oferecer a intelecção deste sistema que é, em última instância, cada vez mais *autofágico*.

Tratando-se de uma complexa engrenagem econômica que não possui limites para a sua expansão (pois seu foco é *sempre* a produção de *mais* capital), sua resultante é uma acentuada destrutividade. Para fazer fluir o movimento de autovalorização, os mecanismos autênticos de interação humana – e em particular a atividade laborativa – são modulados e calibrados por uma *segunda natureza*, tal como destacou Marx, voltada essencialmente para a expansão e a reprodução do capital.

As alienações, as coisificações e os tantos estranhamentos, as devastações ambientais, as opressões de gênero, raça, etnia, sexos, todas essas aberrações – e tantas mais – estão sendo desencavadas dos porões mais abjetos, das catacumbas mais lúgubres e das cavernas mais ossificadas, que em alguns casos pareciam estar cerrados.

Essas desafortunadas tendências encontraram, a partir da crise de 1968-1973 e especialmente em 2008-2009, um *chão social* mais favorável, que lhes permitiu, pouco a pouco, ressurgir e se intensificar, com seus conhecidos desdobramentos: ritmos estonteantes de corrosão do trabalho; destruição ilimitada da natureza; degradação do mundo rural, convertido em *agrobusiness* e em zona de extrativismos predatórios; segregação urbana e social, etc. Acrescente-se ainda a forte eugenia social, a exacerbação do racismo, a opressão de gênero, a xenofobia, a homofobia, o sexismo, além da propagação do *culto aberrante da ignorância*, do desprezo à ciência, dentre tantos outros traços destrutivos que se desenvolvem nesta era de exasperação da *razão instrumental* e de *contrarrevolução preventiva*, para recordar Hebert Marcuse[3] e Florestan Fernandes[4]. Aqui, tudo (ou quase tudo) deve, em *última instância*, atender, servir, adequar-se ou impulsionar o processo de valorização do capital, com o consequente enriquecimento privado das classes burguesas, dominantes e proprietárias, mantendo-se intocável a propriedade privada e seu universo corporativo.

Como já assinalado antes, as origens desse quadro remontam ao final da década de 1960, quando deflagrou-se o que István Mészáros chamou de *crise estrutural do sistema do capital*. Depois de experimentar uma era "gloriosa" de ciclos "virtuosos" (especialmente nos países de *welfare state*), o capital

adentrou um longo período pautado por um *depressed continuum*, tornando sua fase anterior parte do passado, uma vez que a crise econômica emergente seria longeva e duradoura, sistêmica e estrutural[5]. Vale recordar que, mais do que uma *crise do capitalismo*, Mészáros alerta se tratar de uma *crise estrutural do capital* (de que foi exemplo a debacle do chamado "bloco soviético", cuja manifestação emblemática ocorrera, não por acaso, em 1968, com a invasão da URSS à Tchecoslováquia).

Para que se tenha uma efetiva compreensão da rica, complexa e original proposição formulada por Mészáros, deve-se levar em conta, em primeiro lugar, a diferenciação conceitual entre *capital* e *capitalismo*. Segundo o autor, o *capital* antecede o *capitalismo*, como se vê pela existência do *capital mercantil* ou *comercial*, assim como do *capital usurário*. Do mesmo modo, o capital sobreviveu nos países do chamado "bloco socialista", assumido uma nova forma[6]. Já o capitalismo seria a *forma dominante de realização do capital*, mas não a *sua única modalidade*. A continuidade do capital, depois do capitalismo, pode se efetivar, sempre conforme Mészáros, pelo "sistema de capital pós-capitalista", vigente na URSS e nos demais países do Leste Europeu da época. Essa formulação, extremamente *original* e distinta tanto da concepção de "capitalismo de Estado" quando da de "socialismo burocrático", abre um veio analítico novo para a compreensão da vigência do capital mesmo depois da ocorrência da Revolução Russa, assim como de outras revoluções que seguiram o seu "modelo", entre as quais o exemplo chinês é emblemático[7].

As consequências teóricas, analíticas e políticas dessa perspectiva não são poucas. A *destruição ambiental*, por exemplo, que ocorreu em intensidade nesses países *tidos erroneamente como socialistas*, não seria, então, algo estranho ao capital, *mas resultado de uma de suas novas formas de existência*, no caso, o *capital pós-capitalista*. Mesmo eliminando a *propriedade privada* e o *trabalho privadamente explorado*, com a preservação do *Estado* e do *trabalho estatal assalariado* por um longo período, reestruturou-se na URSS (e nos países do Leste sob sua influência) uma variante de *sistema de metabolismo social do capital* que acabou por levar à sua completa derrocada pouco mais de setenta anos depois da eclosão de sua majestosa Revolução.

Para encontrar as causas essenciais desse desfecho é necessário recuperar uma segunda indicação de Mészáros. Para o autor, o *sistema de metabolismo social* do capital se constitui pelo tripé *capital, trabalho assalariado* e *Estado,* de modo inter-relacional, o que significa dizer que a eliminação *cabal* desse sistema somente será possível pela extinção desses três elementos estruturantes.[8]

Não basta eliminar (como fez a URSS, o Leste Europeu, e mais recentemente a China, onde essa processualidade é ainda mais evidente) *um* ou mesmo *dois* polos do *sistema de metabolismo social do capital*, pois esse complexo acaba por se repor. A única possibilidade de superá-lo é pela *completa eliminação de seu tripé*, ou seja, tanto do *trabalho assalariado,* quanto do *capital* e do *Estado*.

Percebe-se, então, a dificuldade e a complexidade da busca pela superação desse sistema. Sua lógica é *expansionista,* visto que seu *modus operandi* é conformado centralmente para a extração sempre crescente de mais-valor, e *destrutivo,* pelo sentido *ilimitado* de seus movimentos, o que o torna, ao fim e ao cabo, *incontrolável*.

A *produção social,* que deveria atender às necessidades humano-sociais, subordinou-se integralmente aos imperativos da *autorreprodução do capital*.

Entre outras consequências devastadoras para a humanidade, podemos citar o desemprego monumental, a destruição ambiental, a "mercadorização" da vida e o incentivo diário a novas guerras e conflitos armados. Isso tudo nos trouxe a um quadro pandêmico que amplifica ainda mais o sentido *letal* do *sistema de capital.*

Foi para oferecer uma intelecção analítica desse processo que Mészáros formulou sua conceituação da *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias*. Essa tendência se expressa na *redução crescente do tempo de vida útil dos produtos*, pois quanto menor for a sua durabilidade, maior será a necessidade de reproduzi-los, independentemente das reais necessidades humanas, visando aumentar a intensidade e o ritmo do processo de valorização do valor.

A produção de *bens* não está voltada para a geração de *valores de uso*, com o objetivo de atender necessidades humano-sociais, mas para produzir valores de troca visando o lucro. E, uma vez que o sistema de capital é tão mais lucrativo quanto menor for o *tempo de vida útil* das mercadorias, sua feição só pode ser, *em si e para si,* a de um sistema *destrutivo*, cujos imperativos o impulsionam a criar sempre mais mercadorias[9]. É por isso que os carros, os eletrodomésticos, os celulares, enfim, tudo o que se produz, *deve durar o menor tempo possível.* O que se pode dizer, então, de um *sistema de produção de mercadorias* (para usar a conceituação de Kurz[10]) que se expande ao *reduzir o tempo de vida útil de seus produtos,* aumentando assim sua tendência autodestrutiva?

Seria um verdadeiro milagre que esse verdadeiro *Frankenstein* não demonstrasse, com o tempo, a *virulência* e a *letalidade* de seu *modo de ser* e de se *reproduzir*.

Como a força de trabalho é também uma *mercadoria* (em verdade, uma mercadoria *especial*, pois é a única que cria *valor*), sua *incessante redução* torna-se também objeto desta mesma *tendência decrescente do valor de uso das mercadorias*, assim como a natureza é tomada como se fosse infinita e eterna para o uso destrutivo do capital. Não poderia ser mais atual, então, a metáfora de Karl Polanyi referente ao *moinho satânico*[11].

Essa complexa engrenagem sociometabólica tornou a corrosão do trabalho um imperativo ainda maior em nosso tempo. Conforme Marx demonstrou premonitoriamente em *O Capital* (Livro III): a *produção do capital* é "[...] num grau muito maior que qualquer outro modo de produção, uma dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro"[12].

Se o *trabalho,* entretanto, não pode ser *completamente eliminado (pois sem ele o capital não se valoriza*, como estamos vendo com a paralisação *global* da produção durante o período de pandemia), o *sistema de metabolismo antissocial do capital*, sob o comando do capital financeiro, acaba por impor uma pragmática pautada pela devastação e derrelição completa das condições de trabalho em escala planetária. E isso ocorre, como indicou Chesnais[13], num período histórico no qual acentuaram-se as interconexões entre *produção, mundialização do capital e financeirização*, sendo esta última a *forma mais fetichizada da acumulação*, uma vez que o capital financeiro enfeixa e abarca tanto a riqueza gerada pelo investimento quanto a que resulta da exploração da força de trabalho.

A resultante desta engenharia metabólica é evidente. Por um lado, a exuberância das corporações globais que concentram a quase totalidade da

riqueza mundial. Na outra ponta, a proliferação de uma miríade de trabalhos humanos vilipendiados, um vale-tudo: trabalho análogo à escravidão, superexploração (por exemplo, dos/as imigrantes), generalização da terceirização em todas as esferas laborativas, informalidade, intermitência. Enfim, esparramam-se "novas modalidades" de *extração compulsiva do sobretrabalho* em um cenário que vai da China ao Brasil, dos EUA à África do Sul, da Índia ao México, da França à Rússia, do Japão às Filipinas, da Inglaterra à Coreia do Sul. Foi essa contextualidade que permitiu a David Harvey afirmar de modo *contundente* que o capital "é sangue que flui através do corpo político [...] espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado", de modo a se expandir e se reinventar em sua trajetória de valorização[14].

Uberização do trabalho, distintos *modos de ser* da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que se expande e se desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos[15].

Nestes tempos de *crise estrutural e destruição,* a melhor imagem dessa formação societal é a de uma *totalidade* completamente *deformada*. No topo, o *capital financeiro* (desde o capital fictício até aquele que controla a produção), que concebe o trabalho estritamente como "custo". Como o *avanço informacional-digital* é um relógio que não para de rodar, sua destrutividade se intensifica a cada momento, *tornando a força de trabalho global cada vez mais descartável e supérflua*. Vale recordar que, como foi estampado limpidamente por Marx, esse fenômeno não é novo: "Todos os representantes responsáveis da economia política admitem que a primeira introdução da maquinaria age como uma peste sobre os trabalhadores dos artesanatos e manufaturas tradicionais, com os quais ela inicialmente concorre"[16] .

Nesta fase atual, em que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) se encontram plasmadas, impulsionadas e comandadas pelas relações capitalistas em *sua forma mais destrutiva*, o quadro vem se agravando sobremaneira. E a esse trágico canário de devastação, veio se somar a pandemia global.

---

[1] Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013).

[2] István Mészaros, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo, Boitempo, 2002).

[3] Herbert Marcuse, *Contra-revolução e revolta* (trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Zahar, 1973).

[4] Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil* (São Paulo, Globo, 2006).

[5] István Mészáros, *Para além do capital*, cit.

[6] Idem; Idem, *A crise estrutural do capital* (trad. Francisco Raul Cornejo, São Paulo, Boitempo, 2009).

[7] Sobre a China recente ver as pistas oferecidas por Neil Davidson, "Uneven and Combined Development: Between Capitalist Modernity and Modernism", em James Christie e Nesrin Degirmencioglu, *Cultures of Uneven and Combined Development* (Leiden, Brill, 2019) [ed. bras.: no prelo pela Ed. da Unifesp].

[8] István Mészáros, *Para além do capital*, cit.

[9] Idem.

[10] Robert Kurz, *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (trad. Karen Elsabe Barbosa, São Paulo, Paz e Terra, 1992).

[11] Karl Polanyi, *A grande transformação: as origens da nossa época* (trad. Fanny Wrobel, Rio de Janeiro, Campus, 2000).

[12] Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro III: *O processo global da produção capitalista* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2017) p. 116.

[13] François Chesnais, *A mundialização do capital* (trad. Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996).

[14] David Harvey, *O enigma do capital e as crises do capitalismo* (trad. João Alexandre Peschanski, São Paulo, Boitempo, 2011) p. 7.

[15] Ricardo Antunes, *O privilégio da servidão* (São Paulo, Boitempo, 2018); Idem (org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV* (São Paulo, Boitempo, 2019).

[16] Karl Marx, *O capital*, Livro 1, cit, Capítulo 13, p. 519.

3
A PANDEMIA DO CAPITAL E O (DES)VALOR DO TRABALHO

É no solo da *crise estrutural do capital* que a pandemia vem se proliferando intensamente e, em poucos meses, já levou à morte milhares de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Dados preliminares apresentados pela OIT projetavam a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral já no segundo trimestre de 2020 (veremos que de fato *serão efetivamente muitos mais*, dada a *invisibilidade* odiosa que caracteriza o mundo do trabalho em nosso tempo), sendo que 1,6 bilhão de pessoas, que viviam na informalidade, já estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias.

Nos EUA, nos primeiros meses da crise pandêmica, as primeiras previsões já indicam uma taxa de desemprego de 20%. Parece desnecessário citar mais dados, pois se tornam *desatualizados a cada semana*, especialmente porque todas as projeções econômicas antecipam uma *recessão global monumental*.

Além disso, há que se levar em conta as tantas mistificações que os capitais vêm praticando neste contexto com o objetivo de ocultar e obliterar a realidade. Segundo David Harvey:

> O COVID-19 exibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça. Embora os esforços de mitigação estejam convenientemente ocultos na retórica de que 'todos estamos juntos nesta guerra', as práticas, em particular por parte dos governos nacionais, sugerem motivações mais sombrias. A classe trabalhadora contemporânea dos Estados Unidos (composta predominantemente por afro-americanos, latinos e mulheres assalariadas) enfrenta uma escolha horrível: a contaminação por cuidar dos doentes e manter meios de subsistência (entregadores de supermercado, por exemplo) ou o desemprego sem benefícios e assistência médica adequada.[1]

E acrescenta:

> As forças de trabalho na maior parte do mundo têm sido socializadas durante muito tempo para se comportarem como bons sujeitos neoliberais (ou seja, culpar a si mesmas ou a Deus se algo der errado, mas nunca ousar sugerir que o capitalismo pode ser o problema). Contudo, mesmo bons sujeitos neoliberais podem ver hoje que há algo muito errado na forma como a pandemia está sendo respondida. A grande questão é: quanto tempo isso vai durar? Pode levar mais de um ano, e quanto mais o tempo passa, mais desvalorização haverá, mesmo para a força de trabalho. É quase certo que os níveis de desemprego subirão para níveis comparáveis aos dos anos 1930, na ausência de intervenções estatais massivas que teriam que ir contra a lógica neoliberal.

[2]

Pode-se imaginar, então, o tamanho da tragédia na periferia, nos *tristes trópicos*... como é o caso do Brasil. Desde logo, teremos uma massa de trabalhadores e trabalhadoras sem condições mínimas de sobrevivência, tangenciando ou vivenciando uma fome profunda e sendo enterrada, aos milhares, nos cemitérios.

A esta simultaneidade e imbricação trágica entre *sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural* e *explosão do coronavírus* podemos denominar, se quisermos usar uma síntese forte, *capital pandêmico*. Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver. A classe burguesa, incluindo seus séquitos de altos gestores, tem seus fortes instrumentos de defesa (recursos hospitalares privilegiados, condições de habitação que lhes permite escolher as melhores condições de realizar suas quarentenas etc.), enquanto na *classe-que-vive-do-trabalho* a luta é para ver quem consegue sobreviver.

Dada a *divisão sociossexual e racial* do trabalho em sua *nova morfologia*, as *mulheres trabalhadoras brancas* sofrem mais que os homens brancos (basta ver que os altos índices de violência doméstica e feminicídio se ampliam durante a pandemia), enquanto as *trabalhadoras negras* são ainda mais penalizadas que as brancas (veja-se o exemplo das trabalhadoras domésticas no Brasil, que totalizam 6,2 milhões, das quais 68% são negras)[3]. Recentemente, tivemos no Rio de Janeiro o brutal caso da morte de uma trabalhadora doméstica, Cleonice Ribeiro, que se contaminou ao cuidar de sua patroa, que lhe escondeu estar contaminada pela Covid-19. A patroa branca se curou e a trabalhadora negra faleceu. É desnecessário acrescentar, então, que as discriminações de *classe, gênero e raça* se intensificam ainda mais quando contemplamos as trabalhadoras indígenas, imigrantes e refugiadas.

Tudo isso estampa uma visceral *contradição* que atinge a *totalidade* da classe trabalhadora, que se encontra sob *fogo cruzado*: é preciso que haja isolamento social e quarentena para se evitar o contágio pelo coronavírus. Sem isso, a classe trabalhadora será cada vez mais contaminada, adoecendo e perecendo em maior quantidade. Mas como ficarão em isolamento social os/as *desempregados/as*, os/as *informais*, os *trabalhadores/as intermitentes*, os/as *uberizados/as,* os/as *subutilizado/as,* os/as *terceirizado/as* isto é, aqueles que não têm direitos sociais e que recebem salários somente quando executam algum trabalho? E quanto ao pequeno "empreendedor" (que descrevi em *O Privilégio da servidão* como sendo, simultaneamente, *burguês-de-si-mesmo* e *proletário-de-si-próprio*), que em meio à pandemia não tem o que vender (pois não há consumidores), nem renda, nem previdência, nem convênio de saúde? Como será possível driblar o trabalho dito *flexível, digital, "moderno"*, que tenderá a se intensificar enormemente se o *capital pandêmico* continuar a comandar o mundo segundo seus interesses?

O exemplo abarca também as crianças pobres em idade escolar: se não vão às escolas públicas por causa da pandemia (o que é *justo* e *necessário* para restringir a expansão do coronavírus), não têm como se alimentar. Se vão às escolas, correm o risco de se contaminar e transmitir a doença a seus familiares. A classe trabalhadora, então, *se encontra sob intenso fogo cruzado*. Entre a *situação famélica* e a *contaminação virótica*, ambas empurrando para a *mortalidade* e a *letalidade*. Tal vilipêndio se acentua *ininterruptamente* pela

autocracia de Bolsonaro e pela pragmática neoliberal primitiva e antissocial de Guedes.

Assim, a confluência entre uma *economia destruída*, um *universo societal destroçado* e uma *crise política inqualificável* converte o Brasil em um forte candidato ao abismo humano, em um verdadeiro cemitério coletivo. Isso porque vivenciamos uma economia em recessão que caminha para uma terrível e profunda depressão. Não é difícil entender que tal tendência ampliará ainda mais o processo de miserabilidade de amplas parcelas da classe trabalhadora que já vivenciavam formas intensas de exploração do trabalho, de precarização, de subemprego e desemprego. Isso porque esses contingentes encontram-se frequentemente desprovidos *de fato* de direitos sociais do trabalho.

Dari Krein, Magda Biavaschi e Marilane Teixeira[4] oferecem um rico diagnóstico da realidade social brasileira, duríssimo em sua concretude, antes mesmo da explosão do coronavírus: a) 16,7 milhões de domicílios viviam com até dois salários mínimos mensais, oscilando entre o desemprego (aberto e oculto), e os trabalhos intermitentes, por conta própria ou informais, *situação clivada e intensificada pelas transversalidades existentes entre gênero, raça, faixa etária e regiões*, conforme indicado anteriormente; b) a força de trabalho totalizava 106,2 milhões, dos quais 11,6 milhões estavam desempregados e outros 4,6 milhões vivenciavam o “desemprego por desalento”, o que somava 16,2 milhões de pessoas (dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [Pnadc] do quarto trimestre de 2019); c) do total de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, 29% recebiam até um salário mínimo; d) 24,5 milhões se encontravam no mercado de trabalho por conta própria, dos quais aproximadamente 80% estavam fora do sistema previdenciário e desempenhando atividades as mais precarizadas; e) 6,8 milhões encontravam-se *subocupados*, trabalhando com frequência inferior a 40 horas semanais (seja com um ou vários trabalhos), embora manifestassem disposição e interesse de ampliar suas jornadas de trabalho; f) 26,1 milhões estavam *subutilizados*, assim distribuídos: mulheres negras, 33,2%; homens negros, 22,3%; mulheres brancas, 20,7%; homens brancos, 14,2%.

Vale acrescentar que, segundo o IBGE, a *subocupação* é definida pela insuficiência de horas trabalhadas, enquanto a *subutilização* é mais abrangente, pois considera, além dos *subocupados*, também os *desocupados* e a *força de trabalho potencial*, esta última definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho[5].

Os dados que começam a ser publicados pelo IBGE (Pnadc), referentes ao primeiro trimestre de 2020 – e, portanto, captando *apenas o início* da pandemia –, já apresentam uma ampliação do desemprego. São 12,85 milhões de desempregados, sendo que a informalidade também aumentou e chegou a 40,7%, abarcando outros 38,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. E todos sabemos que o volume de dados invisíveis torna esses índices restritivos. Se adicionarmos o “desemprego por desalento” (talvez fosse melhor designá-lo “desalento pelo desemprego”), também bastante mascarado pela pandemia, o volume será bem maior. Como já dissemos, poucas semanas depois da divulgação desses índices, eles já estarão bastante superados pela concretude da tragédia cotidiana do mundo do trabalho.

A pandemia também impactou os trabalhadores de plataformas digitais e

aplicativos, uma massa que não parava de se expandir e que experimentava as condições da chamada *uberização do trabalho.* Sem outra possibilidade de encontrar trabalho imediato, trabalhadores e trabalhadoras buscavam "emprego" no Uber, Uber Eats, 99, Cabify, Rappi, Ifood, Amazon etc. Tentavam fugir do flagelo maior, o do desemprego. Saíam do *desemprego* para a *uberização,* essa nova modalidade de *servidão*[6]. Como o *desemprego* é expressão do flagelo completo, a *uberização* parecia uma alternativa quase "virtuosa".

Mas qual é o "segredo" dessas corporações globais, que não param de ampliar sua força global de trabalho? Contando quase sempre com a condescendência de governos e setores majoritários do legislativo e do judiciário, sua alquimia consiste em contratar trabalhadores e trabalhadoras como "prestadores/as de serviços", o que caracteriza uma *chula burla* que, entretanto, torna-se altamente *rentável e lucrativa*, uma vez que a força de trabalho *uberizada* se encontra completamente excluída dos direitos sociais que valem para o conjunto da classe trabalhadora.

É, então, com a expansão das tecnologias de informação e comunicação que passamos a presenciar a ampliação da precarização, que atinge desde os/as trabalhadores/as da indústria de *software,* passando pelos/as de *call center, telemarketing* – que constituem o núcleo do *infoproletariado* ou *cibertariado*[7] –, até chegar aos setores industriais, agronegócio, bancos, comércio, *fast-foods,* turismo e hotelaria etc. Tal tendência já vinha se acentuando com o desenvolvimento da chamada *Indústria 4.0,* proposta que foi originalmente desenhada para gerar um novo salto tecnológico e informacional no mundo da produção, tornando-o ainda mais automatizado e robotizado em praticamente todos os espaços das cadeias produtivas de valor.

A tendência, *visível bem antes da explosão da pandemia*, era clara: redução do *trabalho vivo* pela substituição das atividades tradicionais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital. Isso torna o *trabalho vivo* mais "residual" nas plantas digitalmente mais avançadas e o empurra para as atividades ditas "manuais" (na melhor das hipóteses) ao mesmo tempo que amplia o monumental *exército sobrante de força de trabalho*, que não para de se expandir nesta fase mais destrutiva do capital.

Se essa processualidade não levará à extinção *completa* da atividade humana laborativa (como vimos, o *capital não se valoriza sem a força de trabalho,* uma vez que as máquinas não *criam* valor, mas o *potencializam*), ela vem desencadeando um novo período de ampliação do que Marx denominou *trabalho morto*[8] (por meio da introdução do novo maquinário informacional-digital de que é exemplo a *internet das coisas*) e a consequente redução do *trabalho vivo*, com a substituição das atividades humanas por ferramentas automatizadas sob o comando informacional-digital, resultado do domínio "inquestionável" das corporações globais financeirizadas.

Portanto, diferentemente da fase de predomínio taylorista e fordista, que vigorou nas fábricas da "era do automóvel" durante o século XX, neste século XXI, as empresas "flexíveis" vêm impondo velozmente sua trípode destrutiva sobre o trabalho. É por isso que *terceirização*, *informalidade* e *flexibilidade* se tornaram partes inseparáveis do léxico de empresa corporativa. E o trabalho intermitente, aprovado pela contrarreforma trabalhista durante o governo terceirizado de Temer, tornou-se um elemento ainda mais corrosivo em relação à proteção do trabalho.

Se tudo isso já vinha ocorrendo na fase mais destrutiva do *sistema de*

metabolismo antissocial do capital, o que se pode esperar nesta fase de *capitalismo pandêmico?* Se já estávamos presenciando a *corrosão, o desmoronamento e a eliminação* completa dos direitos do trabalho, o que podemos esperar no contexto desta brutal pandemia, no qual a explosão do coronavírus (a “gripezinha”) estampou a desproteção completa e cabal da classe trabalhadora?

Bastaram alguns meses de pandemia para tornar evidente que as principais medidas tomadas pelo governo Bolsonaro têm por objetivo atender aos interesses de uma burguesia *predadora* e *predatória* que aqui gorjeia. O sinistro, o lúgubre e o funesto são, então, as designações mais singelas que o capitalismo pandêmico no Brasil e seu *governo-de-tipo-lumpen* fazem por merecer.

---

[1] David Harvey, “Política anticapitalista em tempos de coronavírus”, em *Blog Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>; acesso em: 13 maio 2020.

[2] Idem.

[3] Ipea, *Texto para discussão 2528*. Brasília, novembro de 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf>; acesso em: 13 maio 2020.

[4] José Dari Krein, Magda Biavaschi e Marilane Teixeira. “Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida”, *Nexo*. 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-%C3%A0-vida>; acesso em: 13 maio 2020.

[5] IBGE, *Indicadores IBGE*, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil, 1º trimestre de 2019.

[6] Ricardo Antunes, *O privilégio da servidão*, cit.

[7] Conforme denominação apresentada por Ruy Braga e por mim. Ver Ricardo Antunes e Ruy Braga, *Infoproletários* (São Paulo, Boitempo, 2009).

[8] Karl Marx, *O capital*, Livro 1, cit.

4
QUAL SERÁ O FUTURO DO TRABALHO?

Vimos que a *pandemia* não está desconectada do *sistema de metabolismo antissocial* vigente, não se tratando, portanto, de um fenômeno exclusivamente "natural". Vimos também que o *modus operandi* do capital só pode se desenvolver *como destruição*, tanto da força humana de trabalho, quanto da natureza e, por consequência, da própria humanidade (o que se evidencia na eclosão das guerras).

Essa processualidade, *em si* e *por si* soturna e tenebrosa, vem se agravando no contexto da pandemia de coronavírus, que é *uma de suas tantas criaturas*. Dito de outro modo: a pandemia é o enfeixamento de um sistema que é *letal* em relação ao *trabalho, à natureza, à "liberdade substantiva" de todos os gêneros, raças, etnias, à plena liberdade sexual,* dentre tantas outras dimensões do ser em busca de sua autoemancipação humana e social.

Nesta economia destroçada, em um país no qual chão social está completamente devastado e cujo cenário político é *de horror,* em plena era da *contrarrevolução preventiva*, o que é possível vislumbrar em relação ao trabalho?

Primeiro, é imperioso *recordar* (para *superar* definitivamente) o equívoco do *fim do trabalho*. Não foram poucos os autores "eurocêntricos" que repetiram com *insustentável leveza* (em número crescente a partir dos anos 1970) que o *trabalho tinha perdido sua relevância,* sua centralidade, que se tornara desprovido de importância. O capitalismo, segundo eles, poderia sobreviver mesmo sem a exploração do trabalho, sem *mais-valor,* visto que ingressávamos na era do *conhecimento,* onde tudo tornava-se *imaterialidade*.

A evidência *ontológica* desses equívocos está limpidamente estampada na paralisia que presenciamos nesta fase de capitalismo pandêmico. Sem *trabalho*, é impossível a geração de *coágulos de valor* e de *riqueza social*. E mesmo quando se recorre à ação do universo *maquínico-informacional-digital*, este só consegue fazer deslanchar o *complexo produtivo global por meio do ato laborativo humano,* que é imprescindível, nem que seja para *ligar, conectar e supervisionar* o maquinário digital com suas tecnologias de informação e comunicação, inteligência artificial, *big data,* internet das coisas etc.

O desespero do capitalismo mundializado (para não falar do brasileiro) reside exatamente neste ponto: *sem trabalho não há valorização do capital,* o que estampa seu traço de autêntico *parasita*. As pressões, maiores ou menores em função da intensidade predadora e predatória das burguesias globais e nativas, forâneas e provincianas, se explicam pelo desespero pela volta da produção, pelo fim do isolamento, pela "retomada da normalidade" em uma época de alta letalidade.

Mas sabemos também que o capital aprendeu a enfrentar esta dilemática que lhe é vital. Como seu *sistema metabólico* não pode prescindir do *trabalho*

(porque sem ele não existe *riqueza social*), lhe resta depauperar, dilapidar, corroer e destroçar a força humana de trabalho sem, entretanto, eliminá-la completa e cabalmente. É aí que proliferam as maquinações e os embustes de seus altos gestores (hoje denominados CEO, *Chief Executive Officer), com suas alquimias, seus léxicos, suas burlas, suas obliterações e manipulações. A individualização, a invisibilização e a eliminação completa dos direitos do trabalho enfeixam o sonho dourado do capital, agora que o mundo digital, on-line, robotizado e automatizado pode conviver com o trabalho aviltado, desvertebrado, desorganizado, isolado, fragmentado e fraturado.*

Ressoa nessa fotografia nefasta do labor, uma das principais invenções "modernas" (ou "pós-modernas"?) do capital: os *trabalhos uberizados*, nos quais o capital pode se utilizar quase *ilimitadamente* da força de trabalho. Foi por isso que sugeri recentemente a hipótese de que o *capitalismo de plataforma*, aquele impulsionado e comandado pelas grandes corporações globais, tem algo que se assemelha à *protoforma do capitalismo*. O que isso significa?

Em pleno século XXI, com algoritmos, inteligência artificial, *internet das coisas*, *big data*, Indústria 4.0, 5G e tudo mais que temos deste arsenal informacional, enquanto as burguesias proprietárias e seus altos gestores acumulam enormidades incalculáveis de dinheiro e riqueza, há centenas de milhões que exercem modalidades de trabalho típicas de uma era de *servidão*. E isso se tiverem sorte, se forem contemplados com o *privilégio* de encontrar trabalho, alguma forma de *nova servidão*, padecendo das vicissitudes e vilipêndios do que denominei *escravidão digital*. [1]

Não faltam evidências, então, sobre a direção que o capital e seus gestores vêm indicando, inclusive nos setores em que o *trabalho digital, on-line,* se desenvolve. Algumas práticas se converteram em verdadeiros *laboratórios* de experimentação, de que são exemplos o *home office*, o *teletrabalho* e, no universo educacional, o *EAD (Ensino à Distância)*.

O teletrabalho e o *home office* mostram-se como modalidades que terão significativo crescimento na fase pós-pandemia, em praticamente *todos os ramos* em que puderem ser implantados. Do ponto de vista empresarial, as vantagens são evidentes: mais *individualização* do trabalho; maior distanciamento social; menos relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho (onde floresce a *consciência das reais condições de trabalho)*; distanciamento da organização sindical; tendência crescente à eliminação dos direitos (como já conhecemos nos *pejotizados* e outras formas assemelhadas, como o pequeno *empreendedorismo*); fim da separação entre *tempo de trabalho e tempo de vida* (visto que as nefastas *metas* ou são preestabelecidas ou se encontram *interiorizadas* nas subjetividades que trabalham); e o que também é de grande importância, teremos mais *duplicação e justaposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo*[2], com clara incidência da *intensificação* do trabalho feminino, podendo aumentar ainda mais a *desigual divisão sociossexual e racial do trabalho*.

Por certo, há elementos positivos destacados pela classe trabalhadora, como não precisar fazer os deslocamentos, ter maior liberdade de horários, poder se alimentar melhor etc., mas é sempre bom recordar que se trata de uma *relação profundamente desigual entre trabalho e capital*, em que o que se perde é sempre muito maior do que aquilo que se ganha.

A principal diferença entre *teletrabalho* e *home office* é que, no *primeiro,* a *empresa não controla a jornada* e também *não pode fazer remuneração*

adicional, mas somente pagar reembolso de possíveis despesas, como internet etc. Já no *home office*, a atividade remota tem um caráter sazonal, esporádico e eventual (como no período da pandemia), uma vez que o *trabalho realizado em casa deve ser igual ao realizado no interior da empresa, com idêntica jornada diária*. Ainda no *home office*, os direitos trabalhistas devem ser iguais àqueles que vigoram no interior das empresas (até quando?), enquanto no *teletrabalho* as condições devem constar do contrato de trabalho estabelecido entre as partes. Mas, se as fronteiras entre as duas modalidades são mais visíveis no plano jurídico, elas contemplam também formas híbridas, com usos alternados.

Outro exemplo emblemático, no caso dos professores, é o *EAD (ensino a distância)*. Prática que vem sendo amplamente adotada, especialmente pelas faculdades privadas, que dele se utilizam para reduzir o corpo docente, intensificar o labor e aumentar lucros. O rigor, a ciência e a pesquisa são, então, relegados e mesmo desprezados por essas empresas, que têm na lucratividade seu objetivo central. Ao passo que a expansão do EAD vem se constituindo em decisivo veículo para a conversão dessas instituições em grandes conglomerados privados "educacionais".

Os abusos são de tal intensidade que uma dessas corporações tem se utilizado até mesmo de robôs para a avaliação de provas sem informar aos alunos, conforme noticiado recentemente pela *Folha de S. Paulo*: "Alunos de educação a distância das 11 instituições ligadas à rede educacional Laureate no Brasil passaram a ter suas atividades de texto em plataforma digital avaliadas por um software de inteligência artificial. A mudança, porém, não foi comunicada aos estudantes"[3].

Se essa realidade do trabalho se expande como uma praga em períodos de "normalidade", é evidente que neste período pandêmico o capital vem realizando vários experimentos que visam intensificar e potencializar, pós-pandemia, os mecanismos de exploração do trabalho nos mais diversos setores da economia. Uma vez mais, então, os capitais pretendem transferir o ônus da crise à classe trabalhadora que, além de ser a única que não tem a menor responsabilidade por esta tragédia humana, é a que mais sofre, mais padece e mais perece.

Assim, mesmo sem evidências de arrefecimento da pandemia, as corporações globais apresentam o *receituário* para a saída da crise, verdadeiro *obituário* para a classe trabalhadora: mais flexibilização, mais informalidade, mais intermitência, mais terceirização, mais *home office*, mais teletrabalho, mais EAD, mais *algoritmos* "comandando" as atividades humanas, visando a convertê-las (em todos os setores e ramos em que for possível) em um *novo apêndice autômato* de uma *nova máquina digital* que, embora possa parecer *neutral*, serve aos desígnios inconfessáveis da *autocracia do capital*.

É imperioso reiterar que essa pragmática se encontra sob cerrada e "incontestável" hegemonia do *capital-dinheiro*, do *capital financeiro*, desta verdadeira *fonte misteriosa* que impulsiona diuturnamente, *sem folga nenhuma e com muita fadiga*, *física e psíquica, corpórea e mental*, esse *moinho* que só se move para gerar mais *riqueza privadamente apropriada*, em um movimento ininterrupto que só beneficia um seleto conglomerado de corporações globais e seu séquito de altos gestores. E, para não parecer que há algum exagero, vale dar alguns exemplos recentes que demonstram a força dos capitais globais sob a batuta financeira: as *contrarreformas trabalhistas* de Temer no Brasil, de Macri na Argentina, e de Macron na França, ocorreram quase simultaneamente,

o que por certo não foi mera coincidência.

Assim, preservados os elementos estruturantes deste *sistema de metabolismo antissocial do capital*, teremos mais desemprego e mais desigualdade social, e quem "tiver a sorte" de permanecer trabalhando, vivenciará um nefasto binômio: maior *exploração* e mais *espoliação*. Isso porque têm que comprar (ou alugar) seus instrumentos de trabalho, como automóveis, motocicletas, celulares, uniformes, mochilas, endividando-se junto ao sistema financeiro.

Se assim tem sido o capitalismo *tóxico*, que não consegue ofertar nada que não contemple *destruição*, estamos ingressando (102 anos depois da "gripe espanhola") no capitalismo *pandêmico* ou *virótico*, aquele no qual se realizam "verdadeiros *experimenta in corpore vili* [experimentos num corpo sem valor], como aqueles que os anatomistas realizam em rãs" [4], para recordar o texto de Marx que dá a epigrafe a este livreto.

Vale recordar aqui Iside Gjergji[5] e sua sugestiva conceituação do *corpo-classe*. Ao analisar contemporaneamente o tema da *tortura* e do *suplício* na sociedade do capital, a autora mostra que a tortura também tem clara *incidência de classe*. Podemos acrescentar que a contaminação em massa e sua maior letalidade também têm uma nítida dimensão corpórea, o *corpo* da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Assim, o capital pandêmico é intensamente *diferenciado* quando se trata de atingir e penalizar as classes sociais. Com uma *aparência* inicial *policlassista*, a pandemia do capital é *de fato* muito mais funesta ao atingir o *corpo da classe trabalhadora e, sucessiva e progressivamente, o corpo-classe das mulheres trabalhadoras brancas,* e mais intensamente *o corpo-classe das trabalhadoras negras, indígenas, imigrantes, refugiadas, LGBTs* etc. Sob a impulsão das *necessidades mais elementares que lhe são vedadas,* dirigem-se ao trabalho e à aglomeração social, aproximando-se potencialmente da contaminação e da morte.

Se deixarmos o capitalismo responder à crise, sua proposta é clara: obrigar a força de trabalho a ir à labuta e assim conhecer os subterrâneos do Inferno de Dante. Em contrapartida, estamos impelidos a seguir em outra direção, visto que vivenciamos um momento crucial de interrogações da humanidade. *O que devemos fazer para sobreviver? Voltar imediatamente a trabalhar, como querem os capitais e seus gendarmes? Ou permanecer em isolamento até o arrefecimento da pandemia, preservando vidas?* E mais: *por que chegamos a este caos? Onde erramos? O que será do mundo depois da pandemia? Temos alternativas? Quais?*

---

[1] Ricardo Antunes, *O privilégio da servidão*, cit.

[2] Claudia Mazzei Nogueira, *O trabalho duplicado* (São Paulo, Expressão Popular, 2011).

[3] Thiago Domenici. "Faculdades da Laureate substituem professores por robô sem que alunos saibam", *Folha de S. Paulo*, 2 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/faculdades-da-laureate-substituem-professores-por-robo-sem-que-alunos-saibam.shtml>; acesso em: 13 maio 2020.

[4] Karl Marx, *O capital*, Livro 1, cit., Capítulo 13, p. 528.

[5] Iside Gjergji, *Sociologia della tortura: Immagine e pratica del supplizio postmoderno* (Veneza, Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing, 2019).

5
Um imperativo vital contra um mundo letal: inventar um novo modo de vida

A questão crucial *imediata* desta *era de trevas* é a luta pela preservação da *vida*. Isso significa encontrar *no presente* as condições para estancar a crise pandêmica com o apoio vital da ciência e, *ao mesmo tempo*, começar a desenhar um outro *sistema de metabolismo verdadeiramente humano-social*. Estamos em um momento excepcional da história, um daqueles raros momentos em que *tudo que parece sólido pode fenecer*! Urge, então, inventar um *modo de vida* no qual a humanidade seja dotada de sentido em suas atividades mais vitais e essenciais.

Vamos oferecer *alguns exemplos* extraídos da própria vida cotidiana, começando pelo *trabalho*. Sabemos que há centenas de milhões de trabalhadores/as com *empregos precários* e *jornadas diárias que atingem 10, 12, 14, 16 horas*[1], de que é exemplo o *trabalho uberizado* nas plataformas digitais e aplicativos globais[2]. Mas sabemos também que há centenas de milhões que *não têm nenhum trabalho e vivem nos bolsões de indigência*, de que a *classe trabalhadora imigrante global* é exemplo trágico, perambulando de um canto a outro do mundo em busca de qualquer *labor* e sofrendo ataques como o medonho *racismo de Estado*[3].

É preciso, então, tratar a questão do trabalho em outra dimensão: *trabalhar só no estritamente necessário para a produção de bens socialmente úteis, com menos horas de trabalho diário*. Assim, é preciso reinventar o trabalho humano e social, concebendo-o como *atividade vital, livre, autodeterminada, fundada no tempo disponível*, contrariamente ao *trabalho assalariado alienado*, que tipifica a sociedade do capital, inclusive (e de modo mais intenso) na fase *informacional-digital*[4]. Mas é preciso destacar que tal proposição *fere e confronta diretamente o sistema de metabolismo social do capital*.

Tão vital quanto a questão do *trabalho* é a do *meio ambiente*, dada a necessidade *inadiável* de preservar (e recuperar) a natureza, obstando de *todos os modos* a escalada descontrolada de sua destruição. Aquecimento global, energia fóssil, agrotóxicos, transgênicos, extração mineral, queimadas, indústria destrutiva, agronegócio predador, tudo precisa ser completamente eliminado, pois são todas expressões do *capital pandêmico* que não tem como continuar seu metabolismo sem intensificar a destruição da *natureza* (*humana, orgânica e inorgânica*) em *todas as suas dimensões*.

E é exatamente essa situação pandêmica que nos oferece, em sua cotidianidade, caminhos alternativos mais imediatos e urgentes. Estamos testemunhando, por exemplo, que as cidades que estão em isolamento social conseguiram reduzir significativamente o nível de poluição ambiental, basicamente por dois motivos: os carros pararam de circular e as indústrias

não essenciais (inclusive a automotiva) paralisaram sua produção. Para que ocorra uma efetiva recuperação da natureza é vital, então, estancar tanto a *produção* como o *consumo*, eliminando todos os seus *elementos destrutivos*, o que só é possível pela construção de um *novo sistema de metabolismo social* inteiramente *contrário ao capital*.

É importante entender que essa noção marxiana, ricamente desenvolvida por Mészáros, repõe uma questão vital, em sua íntima dimensão relacional: o *sistema de metabolismo social do capital* destrói o *trabalho*, destrói a *natureza* e, consequentemente, a *humanidade*. É preciso inventar um outro *sistema de metabolismo verdadeiramente social* e, portanto, contrário aos imperativos expansionistas, incontroláveis e destrutivos do sistema de capital[5]. Isso vale também quando refletimos sobre a *liberdade substantiva,* a emancipação efetiva, o gênero, o racismo, a homofobia, o sexismo, a xenofobia, o culto da ignorância etc.

Esse novo empreendimento social, para além dos constrangimentos do capital, somente poderá resultar das lutas da classe trabalhadora, dos movimentos sociais das periferias, das comunidades indígenas, do movimento negro, da juventude, da *revolução feminista global em curso*, articulando as lutas *contra a opressão masculina* e também *contra as múltiplas formas da dominação e de exploração do capital*. Recuperando o *espírito comunal* presente na autenticidade das comunidades indígenas, na vida em busca da *felicidade social* presente no Quilombo dos Palmares, e assim avançar no desenho de uma nova forma de *propriedade social* (distinta inclusive da propriedade estatal).

A ideia de que o socialismo acabou é uma ficção que, infelizmente, encontra muitos adeptos. Se o *capitalismo levou pelo menos três séculos para se constituir* (se pensarmos desde a *acumulação primitiva* até a *revolução industrial*), por que o *socialismo teria que ter se constituído e acertado, em sua plenitude, em um único século*? A pandemia do capital tornou a invenção de um *novo modo de vida* o imperativo maior de nosso tempo.

---

[1] Pietro Basso, *Tempos modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI* (trad. Patrícia Villen, Campinas, Editora Unicamp, 2018).

[2] Ricardo Antunes, *O privilégio da servidão*, cit.

[3] Pietro Basso (org.), *Razzismo di stato: Stati Uniti, Europa, Italia* (Milão, FrancoAngeli, 2010).

[4] Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho* (São Paulo, Boitempo, 2010). Ver especialmente Capítulo 1.

[5] Durante a *Historical Materialism Conference* (novembro de 2019), na Universidade de Londres, da qual pude participar, Kohei Saito (Universidade de Osaka) proferiu excelente conferência, recuperando a decisiva conceitualização de Mészáros acerca do *sistema de metabolismo social*, demonstrando a *inseparabilidade entre ser social e natureza*. Como o texto da conferência ainda não foi publicado, ver Kohei Saito, *Karl Marx's ecosocialism* (Nova York, Montlhy Review Press, 2019) [ed. bras.: Kohei Saito, *O ecossocialismo de Karl Marx*, São Paulo, Boitempo, no prelo].

Outros e-books do autor

Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho

O continente do labor

O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital

Infoproletários: degradação real do trabalho virtual (coorganizador com Ruy Braga)

Riqueza e miséria do trabalho no Brasil, v. 1-4 (organizador)